



**PROJETO DE LEI Nº 113, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**“ALTERA O ART. 4º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.251, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.”**

**Art. 1º.** Altera o art. 4º, da Lei Municipal nº 1.251, de 24 de agosto de 2010, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º. O percentual que o Poder Executivo Municipal repassará ao IPE será de 15,09% (quinze vírgula zero nove por cento da remuneração total do segurado, conforme normas do Instituto, sendo que deste percentual o Município contribuirá com 2,20% (dois vírgula vinte por cento) e o segurado com 12,89% (doze vírgula oitenta e nove por cento) que será descontado em folha de pagamento.  
[...]”*

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
*Prefeito Municipal*



**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 113, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**"ALTERA O ART. 4º, DA LEI MUNICIPAL Nº  
1.251, DE 24 DE AGOSTO DE 2010."**

**NOBRE PRESIDENTE,  
SENHORA VEREADORA,  
SENHORES VEREADORES.**

Tal alteração legal tem como objetivo manter o Contrato com o IPE Saúde para prestação de serviços de assistência em saúde aos servidores públicos municipais, tendo em vista o art. 37, §1º, da Lei 15.145/2018.

É importante mencionar que o IPE Saúde não aceita qualquer tipo de negociação em relação a contrapartida dos municípios, não tendo qualquer outra alternativa o Ente Municipal a não ser a atualização dos valores das alíquotas.

Vale ressaltar que para atualização dos valores o Instituto procede um cálculo atuarial, não podendo as despesas com sinistralidade geral ultrapassar 85% dos valores pagos pelo Ente, a fim de manter o Instituto com as contas equilibradas.

Pelo referido acima, rogamos a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei, por essa Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sul, RS, 02 de dezembro de 2022.

  
**IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**